



V.21 nº46 (2025)

REVISTA DA
**AN
PE
GE**

ISSN 1679-768X

a

ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-graduação e
Pesquisa em Geografia

REVISTA DA

AN PE GE



Geografias do neoliberalismo e conflitos globais: Imperialismo de Exclusão, Barbarização e Gestão Populacional Genocidária

Geografías del neoliberalismo y conflictos globales: Imperialismo de Exclusión, Barbarización y Gestión Poblacional Genocidaria

Geographies of neoliberalism and global conflicts: Imperialism of Exclusion, Barbarization, and Genocidal Population Management

DOI: 10.5418/ra2025.v21i46.21064

ANA CAROLINA GONÇALVES LEITE

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

V.21 n.º46 (2025)

e-issn : 1679-768X

RESUMO: Originalmente produzido para discussão em mesa redonda no 16º ENANPEGE, este ensaio analisa as geografias do neoliberalismo e a escalada dos conflitos globais. Sustenta-se que o neoliberalismo constitui, de fato, um projeto intrinsecamente autoritário, que não se opõe, contudo, à democracia moderna, apresentada como forma política da sujeição ao fetiche do capital, com o estado de exceção se tornando fundamento permanente da soberania em crise. A tese central afirma que o esgotamento da governabilidade neoliberal culmina em imperialismo de exclusão, no qual a agressão armada substitui a integração econômica na dominação territorial e gestão de populações supérfluas. Através dos casos de El Salvador, Ucrânia, Gaza, Venezuela e Brasil, o texto demonstra a transição para uma concorrência negativa de crise. Conclui-se que a barbarização é o horizonte inevitável da reprodução capitalista atual, cabendo à geografia imbuir-se de uma crítica radical para confrontar a retórica dos processos em curso.

Palavras-chave: governamentalidade neoliberal, democracia moderna, estado de exceção, crise, imperialismo de exclusão.

RESUMEN: Originalmente producido para su discusión en una mesa redonda en el 16º ENANPEGE, este ensayo analiza las geografías del neoliberalismo y la escalada de los conflictos globales. Se sostiene que el neoliberalismo constituye, de hecho, un proyecto intrínsecamente autoritario que no se opone, sin embargo, a la democracia moderna, presentada como forma política de la sujeción al fetiche del capital, convirtiéndose el estado de excepción en el fundamento permanente de la soberanía en crisis. La tesis central afirma que el agotamiento de la gubernamentalidad neoliberal culmina en un imperialismo de exclusión, en el cual la agresión armada sustituye a la integración económica en la dominación territorial y la gestión de poblaciones superfluas. A través de los casos de El Salvador, Ucrania, Gaza, Venezuela y Brasil, el texto demuestra la transición hacia una competencia negativa de crisis. Se concluye que la barbarización es el horizonte inevitable de la reproducción capitalista actual, correspondiéndole a la geografía imbuirse de una crítica radical para confrontar la retórica de los procesos en curso.



Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional CC BY - permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Palabras clave: gubernamentalidad neoliberal, democracia moderna, estado de excepción, crisis, imperialismo de exclusión.

ABSTRACT: Originally produced for a roundtable at the 16th ENANPEGE, this essay analyzes the geographies of neoliberalism and the escalation of global conflicts. It is argued that neoliberalism constitutes, in fact, an intrinsically authoritarian project that does not oppose modern democracy, presented as the political form of subjection to the fetish of capital, with the state of exception becoming the permanent foundation of sovereignty in crisis. The central thesis states that the exhaustion of neoliberal governability culminates in an imperialism of exclusion, in which armed aggression replaces economic integration in territorial domination and the management of superfluous populations. Through El Salvador, Ukraine, Gaza, Venezuela, and Brazil, the text demonstrates the transition to a negative competition of crisis. It is concluded that barbarization is the inevitable horizon of current capitalist reproduction, leaving geography to imbue itself with radical critique to confront the rhetoric of ongoing processes.

Keywords: neoliberal governmentality, modern democracy, state of exception, crisis, imperialism of exclusion.

Introdução

Este texto foi originalmente produzido para compor as discussões da mesa-redonda 01, integrante da programação do 16º Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE), ocorrido em setembro de 2025, na cidade de Macapá, Amapá. Ela se intitulou “Geografias do neoliberalismo e conflitos globais” e tive o prazer de dividi-la com os colegas professores Raimundo Jucier Sousa de Assis (UFPI) e Douglas Santos (aposentado da PUC). O encontro, sediado pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), propôs uma reflexão sobre as “Geografias em um mundo em crises”, reunindo a comunidade acadêmica para um balanço dos programas de investigação frente à escalada global de conflitos políticos, econômicos e socioambientais. Para sua publicação, fizemos alguns acréscimos, detalhando e aprofundando as análises, porém sem alterar o escopo original da proposta. Não nos foi possível deixar de incluir uma nota sobre os recentíssimos acontecimentos na Venezuela, produzidos no contexto da invasão estadunidense. Retomamos o trabalho já finalizado para um pequeno comentário sobre o ocorrido no

dia 3 de janeiro de 2026 e o que desde aí se seguiu, já que é um espelho límpido do devir do mundo de guerra que vivemos, nesse interminável tempo do fim.

No ensaio, propomos de saída uma interlocução com autores cujo trabalho demonstra que o neoliberalismo, longe de ser um sistema de intervenção estatal mínima em prol da liberdade individual, constitui-se como um projeto político intrinsecamente autoritário e coercitivo. Tal perspectiva dialoga diretamente com a ementa da mesa ao demonstrar que a proliferação de conflitos globais e a violência generalizada não são desvios, mas elementos inerentes e constitutivos da fase atual do capitalismo. Contudo, e assim seguimos o argumento, do nosso ponto de vista não apenas o neoliberalismo se constituiria dessa natureza, mas também a própria democracia, cujo sentido negativo vai sendo progressivamente generalizado com a crise capitalista fundamental que marca o mundo contemporâneo.

Assim, buscamos superar as interpretações que tratam o neoliberalismo e a democracia como polos opostos, identificando nelas limites decisivos para a compreensão do momento atual. E sustentamos que tais interpretações falham justamente ao não reconhecerem a democracia como a própria forma política da sujeição impessoal ao fetiche do capital imanente à socialização moderna. Nossa argumento principal propõe que o estado de exceção não é um desvio autoritário, mas o fundamento negativo da soberania moderna, que se torna permanente diante da crise estrutural do trabalho e da desvalorização do capital. Assim, a tese central sustenta que o esgotamento da governabilidade neoliberal coincide com a emergência de um imperialismo da exclusão, sendo, na verdade, seu resultado. Nele, a agressão armada e a gestão bélica de populações descartabilizadas substituem a integração econômica, revelando o horizonte de barbarização inerente ao limite da dinâmica capitalista.

A estrutura inicia-se com uma seção em que apresentamos um diagnóstico alarmante da conjuntura internacional e nacional, detalhando o recorde de 120 conflitos armados ativos, o recrudescimento da ameaça nuclear e a erosão de tratados internacionais de segurança. No âmbito brasileiro, focamos também na elevadíssima letalidade policial e na guerra civil não declarada que submete as periferias, exemplificada pela criminalização de grupos armados como “narcoterroristas” para justificar intervenções de perfil militar e alinhar-se a agendas geopolíticas externas.

Na sequência, aprofundamos o debate teórico sobre a relação entre economia e violência. O texto revisita autores como David Harvey, Silvia Federici, Éric Alliez, Maurizio Lazzarato, Pierre Dardot e Christian Laval, para caracterizar o neoliberalismo como uma nova onda de acumulação por despossessão e como solapamento de conquistas democráticas mediante uma articulação de classe disposta inclusive a se inclinar a tendências fascizantes quando a governamentalidade neoliberal torna-se insuficiente. Desde aí, avançamos para uma crítica mais radical fundada principalmente na

crítica do valor, trazendo autores como Robert Kurz para discutir a democracia moderna, como dissemos, não como oposto do autoritarismo neoliberal, mas a forma política pela qual se realiza a sujeição ao capital e na qual a violência soberana e o estado de exceção tornaram-se ferramentas permanentes de gestão social em um cenário de crise do trabalho e ficcionalização do capital.

Finalmente, analisamos a partir desse arcabouço contextos de conflito particulares, como El Salvador, Ucrânia e Gaza. No ensaio discutimos o regime de Nayib Bukele como laboratório de securitização extrema e encarceramento em massa financiado por organismos internacionais; a guerra na Ucrânia como sintoma de um imperialismo negativo decorrente do esgotamento da expansão do capital; e o genocídio em Gaza como o paroxismo do que se estabeleceria como uma gestão de supérfluos, já que é a agressão armada genocidária que substitui o horizonte de uma reprodução econômica normalizada.

Em síntese, o texto propõe que a geografia deve desmascarar a benevolência retórica do neoliberalismo – assim como da democracia – para reconhecer a barbarização e a guerra civil global como o horizonte inevitável da reprodução capitalista contemporânea. Ao identificar o surgimento de um imperialismo de exclusão, concluímos que a tarefa da crítica radical é tatear novos caminhos em meio aos escombros de um sistema que já não assegura a integração social, mas apenas a custódia repressiva ou o extermínio de populações descartabilizadas pela crise do valor.

Menções e agradecimentos

É uma enorme alegria e uma honra estar aqui, partilhando com a comunidade geográfica esse 16º Encontro Nacional da ANPEGE, que teve início ontem nas beiradas fronteiriças da Amazônia brasileira, em Macapá, no Amapá. Como anunciado na convocatória para o evento, Amazônia que pode até não ser o centro, mas na dialética contraditória e negativa do capital, é com certeza central para as discussões sobre o futuro do planeta. Agradeço enormemente o distinto convite que me foi feito pela Comissão Organizadora, em nome da Profa. Patrícia Chaves, anfitriã da casa e presidente da ANPEGE, para intervir num momento em que pesquisadores e professores tradicionalmente se reúnem para um balanço das múltiplas agendas de pesquisa e elaboração teórica que conformam a geografia brasileira – em um mundo de escalada ímpar de conflitos de diferentes naturezas – políticas, econômicas e socioambientais, todas elas relacionadas, ou, em uma palavra, parafraseando o título do evento, em um mundo em crises. Aproveito para mencionar, com pesar e reconhecimento, o Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, cuja atuação profissional, política e a produção intelectual são centrais para a geografia crítica latino-americana e que recentemente nos deixou. Nada como atualizar os debates geográficos a partir da Amazônia como forma de homenagear a sua memória, ele que se

dedicou tão especialmente a interpretar o mundo desde aqui e proporcionou isso para diversos geógrafos aqui presentes em trabalhos de campo memoráveis.

Um mundo repleto de alvos

Para iniciar uma reflexão que tem como tema as geografias do neoliberalismo e os conflitos globais, não seria possível deixar de mencionar que o tempo presente se caracteriza pelo grotesco recorde de 120 conflitos armados em curso no mundo hoje, maior número desde a Segunda Guerra Mundial, de acordo com dados do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV, 2024). E que esse número não para de aumentar desde os anos de 1990, envolvendo 60 dos 193 Estados agora reconhecidos como tal pelas Nações Unidas, o que é o mesmo que dizer que 31% dos países do mundo se encontram em situações de conflito armado neste momento (Charleaux, 2024).

Para além da presença generalizada de conflitos, o atual cenário assombra, ainda, pela progressiva intensificação que os caracteriza. Em 2022, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, constatava que a humanidade podia estar “apenas a um mal-entendido, um erro de cálculo da aniquilação nuclear” (Roth; Beech, 2022). No ano passado, em 2024, ele reconheceria que a “humanidade está à beira do abismo” e que “o risco de uma arma nuclear ser usada atingiu níveis nunca vistos desde a Guerra Fria” em razão da enorme multiplicação do perigo provocada pelo uso de tecnologias como a inteligência artificial. Depois do declínio paulatino subsequente ao pico de 1986, a quantidade de armas nucleares voltou a crescer recentemente, fato agravado de forma significativa pelas novas possibilidades técnicas dessas armas, que vieram se tornando cada vez mais autômatas ao ponto de a ONU demandar que os Estados concordem que qualquer decisão sobre o uso nuclear deve ser tomada por seres humanos, não por máquinas ou algoritmos (Borger, 2024).

Em virtude da erosão de importantes acordos de contenção nuclear, inclusive, alguns especialistas cogitam fortemente hoje a possibilidade de estarmos à beira do início de uma terceira guerra mundial. O Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF, na sigla em inglês), estabelecido em 1987 entre EUA e URSS para eliminação de mísseis nucleares e convencionais de alcance curto e intermediário (500 a 5.500 km) e fundamental para a segurança europeia, foi formalmente suspenso em 2019, devido a alegações americanas de violações russas, apoiadas pela OTAN (BBC, 2019), sendo posteriormente encerrado com a retirada de ambos os membros. EUA e Rússia também deixaram o Tratado de Céus Abertos, respectivamente em 2020 e 2022. O acordo internacional autoriza voos de reconhecimento aéreo desarmados sobre os territórios dos países signatários com o objetivo de promover transparência mútua sobre as atividades militares. Ele foi formulado a partir de uma proposta feita por Eisenhower em 1950, foi assinado em 1992 e passou a

vigorar em 2002 (ACA, 2021). Finalmente, o Tratado de Redução de Armas Estratégicas (New START, na sigla em inglês), o último remanescente do controle de armas nucleares entre EUA e URSS, em vigor desde 2011 e cuja última prorrogação foi assegurada até fevereiro de 2026, está prestes a expirar enquanto nenhum acordo definitivo de extensão foi ainda culminado (Faulconbridge; Papachristou, 2025).

A esse cenário soma-se o acirramento de tensões geopolíticas em praticamente todos os continentes. Além da proliferação das chamadas guerras por procuração (*proxy wars*), nas quais potências-chave como EUA, Rússia e China participam e/ou apoiam lados opostos em conflitos regionais como a guerra na Ucrânia, a guerra entre Israel e Irã, a militarização no mar da China meridional e em Taiwan, a guerra civil no Sudão ou as tensões entre Índia e Paquistão, fazendo deles muito mais que eventos isolados entre si, pois repercutem e incrementam crises que podem ser coincidentes, fomentando o alargamento da sua abrangência ou sua generalização. Agrava o quadro descrito o fato de tais confrontos se estabelecerem em diversos domínios (bético, diplomático, cibernético, informacional, cognitivo, econômico e financeiro, ambiental etc.), de modo a permitir dinâmicas de escalada que têm origem multifatorial¹.

E o alarmante número de conflitos armados em curso no mundo nem sequer abrange quadros dissolutivos de violência como o brasileiro, apesar do enorme número de homicídios, muitos deles cometidos por forças estatais e da presença de grupos armados que empregam armas e munições de perfil militar. Juridicamente não são contextos considerados como guerra civil ou Conflito Armado Não Internacional (CANI) porque ainda não se aplica o direito correspondente a situações de guerra, como já se fez na Colômbia, e, mais recentemente, no Equador (Charleaux, 2024).

Ainda assim, em tempos da já costumeira e bastante banalizada contagem diária de mortos nos jornais, vale a pena não naturalizarmos os aproximadamente 39 mil assassinatos ou homicídios dolosos ocorridos no Brasil no último ano, sendo 6.200 cometidos pela polícia, ou seja, mais ou menos 15% do total ou uma média de 17 assassinatos por dia, durante cada um dos 365 dias de um ano (MJSP, 2025; FBSP, 2025). Essa cifra se torna ainda mais alarmante em estados como São Paulo, com uma letalidade policial não somente conhecida, mas que não para de crescer: entre 2023 e 2024 o incremento foi de mais de 60% e de cada 10 assassinatos 4 foram cometidos pela polícia – e isso no “quente”, segundo os dados oficiais (Bonets; Souza, 2025).

¹ Para se ter uma ideia do quão híbridos podem ser esses conflitos, os instrumentos podem incluir teorias geopolíticas, guerra cibernética, operações psicológicas, guerra não convencional, guerra jurídica (lawfare), embargos econômicos, campanhas informacionais, redes sociais, revoluções coloridas, pretextos humanitários, operações de paz, guerra por procuração (*proxy*), guerra centrada em redes, forças convencionais, terrorismo, atividades criminosas, desastres naturais, questões climáticas, inteligência artificial. (para um exemplo em versão militar, cf. Patriota, 2023, p.11)

Não naturalizarmos tal estado de guerra, muito menos após a megaoperação policial que culminou na chacina nos complexos da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, em 28 de outubro de 2025, marcou um ápice de violência, sendo classificada como a mais sanguinária da história policial do estado e do Brasil. A operação, que mobilizou mais de 2.500 agentes em uma única manhã, resultou em 121 mortos, segundo relatos, ou 117 suspeitos mortos, segundo a própria polícia. Foi caracterizada pela encenação de uma guerra cuidadosamente coreografada para as câmeras, utilizando blindados, helicópteros, drones e rajadas de fuzil. As imagens de granadas lançadas e favelas cobertas por fumaça circularam o mundo, gerando caos e pânico social, com fechamento de escolas e paralisação da cidade (Diniz; Alvim, 2025). Além disso, a ação foi em parte liderada pelo 41º Batalhão da Polícia Militar (41º BPM/Irajá), muito conhecido por sua alta letalidade, representada na alarmante soma de 567 mortes entre 2011 e 2018, e por ter sido publicamente denunciado pela vereadora Marielle Franco um dia antes de seu assassinato (Franco, 2018).

A rápida rotulação do crime organizado como narcoterrorismo pelo governador carioca Cláudio Castro não foi, por sua vez, um mero erro semântico, mas uma chave simbólica com valor geopolítico. O governo do Rio, alinhado à extrema-direita organizada nacionalmente, adotou esse léxico como vetor de uma operação de alcance internacional (Araújo, 2025). O termo, juridicamente inexistente no direito brasileiro, serve para importar o vocabulário estratégico de Washington. O governo de Donald Trump tem pressionado o hemisfério a classificar o crime organizado e os narcotraficantes como terroristas, e o governo fluminense entregou, oito meses antes dessa megaoperação, um relatório ao Consulado dos EUA alegando que o Comando Vermelho (CV) é um grupo terrorista com atuação nos Estados Unidos (CNN Brasil, 2025). Essa ação, defendida também pelo senador Flávio Bolsonaro, busca sanções e cooperação ampliada, alinhando-se à política trumpista de classificar cartéis como Organizações Terroristas Estrangeiras (FTOs). Essa designação permite aos EUA usarem todos os meios, incluindo os militares, podendo envolver ingerência em territórios estrangeiros (Viana, 2025), como a recente invasão da Venezuela pelos EUA e o sequestro do seu casal presidencial – além das subsequentes ameaças diretas a Cuba, Colômbia, México, Irã e Groelândia, terminaram de deixar claro (Bennett, 2026).

Outra história do neoliberalismo

Enquanto isso e quase por oposição, também não se pode deixar de lembrar que o neoliberalismo é frequentemente descrito como um sistema que apregoa a reduzida intervenção estatal em favor da liberdade individual. Sua teoria postularia, assim, a otimização do bem-estar humano ao se libertar as capacidades empreendedoras individuais dentro de uma estrutura institucional que garanta um funcionamento primoroso do livre mercado. Deste ponto de vista, o Estado até poderia

atuar no engendramento de mercados em certas áreas nas quais eles ainda não existam, privatizando, diga-se de passagem, serviços públicos, como educação e saúde, ou “comuns”, como terra e água, mas a intervenção posterior nos mesmos deveria ser mínima. Essa ideia de uma atuação estatal limitada, restrita, mínima tornou-se hegemônica e profundamente enraizada em um consenso apologético no melhor estilo Mont Pelerin Society, que funcionaria sobretudo para legitimar reformas que foram instauradas sob as diretrizes e justificativas neoliberais, como é amplamente sabido, de austeridade, disciplina fiscal, desregulamentação, desfinanciamento das políticas sociais, imposição de ajustes estruturais, privatização massiva etc.

David Harvey (2008) identifica esse sistema de justificação como uma espécie de “máscara benevolente” do neoliberalismo² e argumenta, criticando-a, sobre o papel central que o Estado tem de cumprir no seu processo de imposição, pois, ao fim e ao cabo, da integridade da moeda à garantia dos direitos de propriedade se depende, em última instância, sempre das suas funções legais, policiais ou militares. Para o autor, a neoliberalização historicamente se desdobra da imposição de um projeto político para restaurar o poder da classe dominante mediante uma reorganização do capitalismo internacional com vistas ao reestabelecimento das condições de acumulação do capital. Tal processo resultaria, contudo, na reconfiguração dessas classes, tanto com o surgimento de novas elites econômicas como nos casos da Rússia e da China, por exemplo, como com a hegemonização por certos setores, sobretudo o financeiro.³ E teria maior sucesso na redistribuição massiva de riqueza e renda para os próprios estratos superiores da sociedade, exacerbando a desigualdade social, que em qualquer verdadeira revitalização da acumulação do capital global propriamente dita.

O caso é que esse projeto dependeria totalmente de um Estado forte e até mesmo coercitivo, como fica claro desde as primeiras experiências de imposição do neoliberalismo no Chile por meio de um golpe de Estado, ou seja, por meio do autoritarismo da violência e da coerção contrariamente ao que pregariam leituras laudatórias sobre as teorias da promoção do bem-estar humano ou das liberdades individuais. O golpe de Pinochet seria acompanhado por uma repressão violenta aos movimentos sociais e de esquerda para o seu desmantelamento com vistas à desregulamentação

² “Tem constituído um talento especial da teoria neoliberal a capacidade de oferecer uma máscara benevolente, plena de palavras que soam prodigiosamente positivas, como liberdade de ação, liberdade de pensamento, escolha e direitos, para ocultar as realidades extremamente desagradáveis da restauração ou reconstituição do poder de classe nu e cru, tanto no plano local como no transnacional, porém mais especificamente nos principais centros financeiros do capitalismo global.” (Harvey, 2008, p.163)

³ “Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. Defenderei a seguir a ideia de que o segundo desses objetivos na prática predominou. A neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação do capital global, mas teve notável sucesso na restauração ou, em alguns casos (a Rússia e a China, por exemplo) na criação do poder de uma elite econômica. O utopismo teórico de argumento neoliberal, em conclusão, funcionou primordialmente como um sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse fim.” (Harvey, 2008, p.29)

econômica e do mercado de trabalho de todas as restrições.⁴ Finalmente, a expansão territorial do regime neoliberal pelo globo dependeria necessariamente de práticas imperialistas impondo um regime de acumulação por despossessão gerido por uma tecnocracia da qual participam amplamente organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial que não deixa de recorrer, sempre que considera necessário, a uma legislação coercitiva, a táticas de policiamento e até mesmo ao encarceramento da oposição.

Diversos autores têm dado sequência a essa proposta analítica de Harvey ou tomado problemática semelhante para interpretar a intensificação e a generalização contemporânea dos conflitos globais. Silvia Federici (2021) conceitua o neoliberalismo como uma nova onda de acumulação originária que ataca ferozmente as formas de reprodução social num processo de recolonização econômico e político, destinado a garantir ao capital controle inquestionável da riqueza natural e do trabalho humano global – por meio de planos de ajuste estrutural, liberalização do comércio, privatizações e imposição de direitos de propriedade intelectual, promovendo transferência de riqueza desses que são chamados “novos cercamentos” para potências mundiais dominantes. Ele não corresponderia a um fenômeno propriamente novo, mas seria, sim, reafirmação de tendências históricas do capitalismo, de destruição de quaisquer vestígios de propriedade ou relações comunais, impondo exploração mais intensa, levando ao colapso de economias locais, empobrecimento brutal, numa economia de saque.⁵

Elá critica assim a ideia de que o desenvolvimento capitalista levaria à redução da violência, sugerindo que cada fase de globalização capitalista tem sido sempre acompanhada do regresso aos aspectos mais violentos da acumulação originária, incluindo a pilhagem de terras global, facilitada pela violência contra as mulheres para que abandonem suas economias de subsistência para trabalhar na produção de mercadorias, em um processo violento de “integração no desenvolvimento” que

⁴ “Vale dizer que a primeira experiência de neoliberalização ocorreu no Chile depois do golpe de Pinochet no ‘pequeno 11 de setembro’ (quase exatamente trinta anos antes do dia em que Bremmer anunciou o regime a ser instalado no Iraque). O golpe contra o governo democraticamente eleito de Salvador Allende foi patrocinado por elites de negócios chilenas ameaçadas pela tendência de Allende para o socialismo. Foi apoiado por corporações dos Estados Unidos, pela CIA e pelo secretário de Estado Henry Kissinger. Reprimiu com violência todos os movimentos sociais e organizações de esquerda e desmontou todas as formas de organização popular (como os centros comunitários dos bairros mais pobres). O mercado de trabalho foi ‘liberado’ de restrições regulatórias ou institucionais (o poder sindical, por exemplo).” (Harvey, 2008, p.17)

⁵ “Mi tesis, dicho con otras palabras, es que estamos en presencia de una escalada de la violencia contra las mujeres, especialmente contra las afrodescendientes y las mujeres de los pueblos nativos. Y esto debido a que la ‘globalización’ es un proceso de recolonización política ideado para otorgar al capital un control inquestionable de la riqueza natural mundial y del trabajo humano, que no se puede lograr sin atacar a las mujeres, en tanto directamente responsables de la reproducción de sus comunidades. No es ninguna sorpresa que la violencia contra las mujeres haya sido más intensa en aquellas zonas del mundo más ricas en recursos naturales (el África Subsahariana, América Latina, el Sudeste Asiático), que ahora son objetivo de empresas comerciales y en las que la lucha anticolonial fue más intensa. Vejar a las mujeres es funcional para los ‘nuevos cercamientos’. Allana el camino al acaparamiento de tierras, las privatizaciones y las guerras que llevan años devastando regiones enteras.” (Federici, 2021, p.75)

intensifica a sua exploração e contribui para a feminilização da pobreza. Dinâmicas de acusação de mulheres por práticas de bruxaria como as recentemente ocorridas em comunidades rurais indianas nas regiões norte e central do país, com o assassinato de aproximadamente 600 mulheres nos últimos vinte anos no estado de Jharkhand, em meio à expansão de megaprojetos, correspondem exatamente a essa guerra contra as mulheres.⁶ Esse seria o fundamento das guerras atuais, do ajuste estrutural como guerra por outros meios à promoção de uma contínua subjugação pela dívida até chegar a aspectos bélicos mais diretos, como a militarização e a securitização da vida cotidiana e a proliferação de modelos de masculinidade agressivos, centrais na presença generalizada da guerra hoje.⁷

Também para Éric Alliez e Maurizio Lazzarato, no livro “Guerra e capital” (2021), o neoliberalismo não aparece como um fenômeno isolado, mas a realização plena de processos de longa duração do capitalismo que se consolidam nos anos de 1970 com a integração definitiva entre a ciência, a tecnologia, o Estado e a máquina de guerra do capital com o objetivo claro de precipitar o fim da curtíssima história do reformismo do capital.⁸ Para isso, o neoliberalismo promoveu uma pós-democracia autoritária e policial, gerida por técnicos do mercado, com o fim de impulsivar políticas econômicas depredadoras. Essencialmente, o neoliberalismo configurou-se como um esforço para desmantelar as conquistas sociais e políticas, neutralizando e criminalizando os conflitos que poderiam desafiar a supremacia do capital.⁹

Os autores destacam ainda o caráter criativo desse projeto político, na medida em que pretende dotar o mercado de qualidades “sobre-humanas” de processamento de informação, transformando o neoliberalismo num ciborgue definitivo cuja natureza conflituosa não se dissipa apesar da contínua

⁶ “Se observó que las acusaciones de brujería son más frecuentes en aquellas zonas que fueron elegidas para desarrollar proyectos comerciales o en las que están en marcha procesos de privatización de tierras (como ocurre en las comunidades tribales de India) y en los casos en los que las acusadas poseen tierra que pueda ser confiscada. En África en particular, las víctimas son mujeres mayores que se mantienen gracias a una parcela de tierra, mientras que los acusadores son los miembros más jóvenes de su comunidad, por lo general desempleados, que consideran que estas ancianas usurpan lo que les debería pertenecer; estos son a veces manipulados por otros actores que permanecen en la sombra, como los líderes locales quienes a menudo conspiran de acuerdo con intereses empresariales.” (Federici, 2021, p.79)

⁷ “La pobreza resultante de los recortes en los subsidios sociales, el empleo y los servicios sociales debería considerarse una forma de violencia en sí misma, al igual que las condiciones laborales inhumanas que se encuentran por ejemplo en las maquilas, que son las nuevas plantaciones esclavistas. La carencia de asistencia sanitaria, la negación del acceso al aborto, el aborto de los fetos de niñas, la esterilización de las mujeres en África, India y Latinoamérica, para el ‘control demográfico’, por no hablar de los ‘microcréditos’ –que tantas veces llevaron a la perdición a quienes no pueden devolverlos–, también son formas atroces de violencia. A ellas debemos añadir la tendencia a la militarización de la vida cotidiana, con la glorificación de los modelos de masculinidad agresivos y misóginos que implica.” (Federici, 2021, p.84)

⁸ “Con el neoliberalismo, este proceso de captura de la máquina de guerra y del Estado es realizado plenamente en la axiomática del Capitalismo Mundial Integrado. [...] La máquina de producción ya no se distingue de la máquina de guerra que integra lo civil y lo militar, la paz y la guerra en el proceso único de un continuum de poder isomorfo.” (Alliez; Lazzarato, 2021, p.36)

⁹ “En Europa, se encarna en el estado de emergencia financiero que aniquila los derechos del trabajo y los derechos de la seguridad social (salud, educación, vivienda, etc.), mientras que el estado de emergencia antiterrorista suspende los ya exangües derechos ‘democráticos’.” (Alliez; Lazzarato, 2021, p.32)

imposição de formas de pacificação tecnológicas, mercantis ou bélicas. Finalmente, tal estado atual da máquina de guerra do capital perderia suas características liberais de modo a tornar a democracia cada vez mais compatível com novas formas de fascismo e emergir um capitalismo oligárquico e rentista, deslocando à direita do eixo político global às subjetividades marcadas competitivamente pelo imperativo do consumo e da dívida. Ele encontra na guerra financeira sua principal arma para a recolonização e assim passa de mero sistema econômico a força que pilota a guerra civil global: uma guerra civil assimétrica estabelecida pelo capital contra as populações, isto é, contra os *civis*, mediante o robustecimento – os autores chamam de reterritorialização, de fronteiras e identidades racista, nacionalista, sexista ou xenófoba, como ocorre no governo Trump ao invés da clássica desterritorialização globalizadora ilimitada que a era Reagan um dia iniciou. Tal espécie de reterritorialização, contudo, não pararia por aí, culminando, segundo os autores, no esforço de restabelecimento do controle americano sobre Europa, como no caso da guerra na Ucrânia, o que evidenciaria também a dimensão político-militar imperialista do problema.¹⁰

Em “A opção pela guerra civil”, Sauvêtre, Guéguen, Dardot e Laval (2024) definem o neoliberalismo como estratégia política intrinsecamente autoritária que se opõe a qualquer vontade democrática de regular a economia de mercado. Eles rastreiam suas origens até o Chile de Pinochet quando teria se consolidado como arma contra o socialismo, o sindicalismo, o Estado de bem-estar e os movimentos sociais e de direitos humanos. A partir de então uma constituição econômica que submete toda a institucionalidade estatal e a vida social aos princípios axiomáticos da racionalidade mercantil se imporia com a necessidade de um Estado forte para proteger a lógica econômica das demandas democráticas. Essa estratégia política intrinsecamente autoritária, a violência estatal é conscientemente utilizada para proteger a ordem de mercado, sobretudo apelando à guerra intestina, ou seja, à guerra contra a própria sociedade, foi o que os autores chamaram de opção pela guerra civil.

Para os renovadores do liberalismo no entreguerras, a ideologia liberal clássica do *laissez-faire* não tinha sido capaz de imunizar a economia contra o risco de democratização. A generalização do sufrágio universal permitia às maiorias parlamentares politizarem a economia, desafiando assim os princípios fundamentais do mercado. Para contrariar esta tendência, tornou-se necessária a tarefa de desmantelar o Estado social, não ceder à pressão dos interesses sociais e, se necessário, reprimir violentamente aqueles que tentassem minar o funcionamento eficiente do mercado.¹¹

Os autores identificam, inclusive, que mesmo a justificativa para o uso da violência fascista em momentos de emergência, em que supostamente se tem que defender a propriedade privada e a

¹⁰ “La guerra de Ucrania es la oportunidad que ha aprovechado Estados Unidos para poner definitivamente de rodillas económica y políticamente a Europa. No solo ha dirigido el gasto público hacia el rearme [...] sino que también está conduciendo hacia una pesada crisis económica.” (Lazzarato, 2024, p.52)

¹¹ “Un ‘Estado fuerte’ [protege] al mercado de las demandas democráticas, sellando desde el principio el vínculo entre neoliberalismo y autoritarismo.” (Sauvêtre *et al.*, 2024, p.75)

civilização, faz parte do pensamento neoliberal. Com a reestruturação do liberalismo no período entreguerras pelo ordoliberalismo alemão, começavam a ser defendidas as ideias de uma “ditadura condicional” ou dentro dos limites da democracia e, até mesmo, a necessidade de uma “autêntica ditadura” para combater governos coletivistas.¹²

O caso mais paradigmático seria o de Ludwig von Mises, que teorizou o chamado “argumento do fascismo”, justificando a função temporária da violência fascista para proteger a propriedade privada, pois, afinal, a sociedade ou a civilização europeia só pode existir com base na propriedade privada. Mesmo implicando o uso da violência e o abandono temporário da moral liberal, o fascismo seria, assim, um mal menor ou um guardião da civilização europeia ante a ameaça do socialismo ou do avanço da socialdemocracia na década de 1920. Ou seja, embora o Estado forte neoliberal se diferencie do Estado fascista ele não hesita em recorrer à violência fascista e mesmo a períodos de autoritarismo e, se necessário, à violência para esmagar os inimigos do mercado.¹³

Esse conjunto de interpretações converge e avança na compreensão da generalização e intensificação da guerra e da guerra civil mundial como um elemento inerente e constitutivo do capitalismo¹⁴, mas especialmente presente hoje, ao mesmo tempo como um desdobramento e como resultado do esgotamento da governabilidade neoliberal, com o capital tornado uma força destrutiva que não consegue mais se expandir sem recorrer à violência.¹⁵ As guerras não seriam apenas interestatais ou coloniais, mas também guerras civis explícitas dentro das sociedades, atingindo as populações e seus modos de vida. Ofensiva financeira, endividamento massivo (institucional e individual) e desmantelamento dos Estados de bem-estar são apresentados como uma guerra econômica constante. Com a perpetuação da crise econômica e ecológica, o estado de guerra e guerra civil se generalizam como único horizonte, sem margem para compromissos ou soluções democráticas tradicionais.¹⁶

¹² “Rüstow abogaba por una dictadura del canciller bajo la modalidad de una ‘dictadura condicional’, con la posibilidad de tomar ciertas medidas ‘que luego deberían ser evaluadas con el objetivo de mantener la democracia’.” (Sauvêtre *et al.*, 2024, p.86) “Röpke defendió el imperativo de una ‘auténtica dictadura’ para combatir a los ‘gobiernos colectivistas’, cuando, en ‘un caso de extrema necesidad, el Estado debe tomar, inevitablemente, un rumbo en mayor o menor medida autoritario’.” (Sauvêtre *et al.*, 2024, p.86)

¹³ “No se puede negar que el fascismo y todas las tendencias dictatoriales análogas están animados por las mejores intenciones, y que su intervención ha salvado por el momento a la civilización europea. Los méritos adquiridos por el fascismo permanecerán por siempre en la historia.” (Mises, 1975 *apud* Sauvêtre *et al.*, 2024, p.96)

¹⁴ “Nuestra primera tesis es que la guerra, la moneda y el Estado son las fuerzas constitutivas o constituyentes, es decir, ontológicas, del capitalismo. La crítica de la economía política es insuficiente en la medida que la economía no reemplaza a la guerra, sino que la prosigue por otros medios.” (Alliez; Lazzarato, 2021, p.32)

¹⁵ “Cualquier acción para defender los derechos privados de los individuos y el orden del mercado, a ojos de los neoliberales, se considera legítima.” (Sauvêtre *et al.*, 2024, p.85)

¹⁶ “En Europa, se encarna en el estado de emergencia financiero que aniquila los derechos del trabajo y los derechos de la seguridad social, mientras que el estado de emergencia antiterrorista suspende los ya exangües derechos ‘democráticos’.” (Alliez; Lazzarato, 2021, p.32) “Esto se debe a que la clase capitalista está decidida a

A democracia devora seus filhos

As formulações mobilizadas acima elucidam aspectos importantes da articulação entre o neoliberalismo e a violência – e, com ela, as guerras e os conflitos globais atuais. Elas exploram a origem bélica do capitalismo moderno, argumentando que as tecnologias e o pensamento econômico contemporâneos surgiram da guerra total. Além disso, elas sustentam que o neoliberalismo é intrinsecamente autoritário, pois utiliza um Estado forte e, eventualmente, até mesmo fascista, para salvaguardar o mercado contra as demandas democráticas e a justiça social. Identificam, assim, uma relação antagônica entre neoliberalismo e democracia, atribuindo a essa última, por oposição ao primeiro, a capacidade de regular a economia de mercado, satisfazendo interesses sociais ou redistribuição de renda – e é aí que os limites decisivos dessas análises aparecem.¹⁷

Com noções como as de pós-democracia autoritária, de fim do reformismo social, de recolonização política ou de retomada de um poder de classe contra conquistas coletivas, os autores tomam a emergência do neoliberalismo contra a democracia ou para limitar o que ela teria proporcionado, caracterizando-os como polos opostos na reprodução capitalista, ainda que se vejam obrigados a reconhecer que as soluções propriamente democráticas foram se tornando insustentáveis.

Apesar de dialogarem – direta ou indiretamente – com o pensamento de Carl Schmitt e dos autores para os quais ele deu base, não levam às últimas consequências, portanto, o que ele teria preconizado: a decisão soberana, com recurso à violência contra inimigos, caso necessário, como fundamento negativo da democracia moderna – constatação que o pensamento reacionário deixou à mostra, embora sem crítica, de forma apologética, e que ao pensamento radical cabe criticar. Trocando em miúdos, para esse autor, a democracia integra o quadro da moderna soberania, cujo limite é necessariamente a força, porque soberano é aquele que decide pelo estado de exceção. Este poder decisório puro, que suspende o direito no terreno do próprio direito, acaba por revelar o alicerce autoritário e, no fim das contas, de violência, em que se baseia o direito e a constituição, os quais possuem, portanto, caráter político e decisionista, não podendo ser simplesmente normativos ou abstratos, como quer o positivismo jurídico (cf. Schmitt, 2014).

poner el mundo patas arriba con tal de consolidar su poder [...] y para conseguirlo ataca los medios de reproducción de la población, instituyendo un régimen de guerra permanente.” (Federici, 2021, p.74-75)

¹⁷ “Si la máquina capitalista sigue desconfiando de los nuevos fascismos no es porque tenga principios democráticos (¡el Capital es ontológicamente antidemocrático!).” (Alliez; Lazzarato, 2021, p.43) “La economía, la información, la tecnología y la democracia están inevitablemente destinadas a verse afectadas por una dinámica de choque frontal que progresivamente irá cerrando cualquier espacio ‘democrático’ para la acción política.” (Lazzarato, 2024, p.35) “El neoliberalismo es intrinsecamente autoritario, ya que ataca cualquier voluntad democrática de regular la economía de mercado; solo varía en las formas de uso de la fuerza por parte del Estado.” (Sauvêtre *et al.*, 2024, p.76)

Nesta perspectiva, a violência é parte inerente e a ditadura o verdadeiro cerne da própria democracia, enquanto a cidadania se resume, em última instância, a uma relação de força, já que o estado de exceção constitui o nomos desse sistema político, apresentando-se em diferentes estados de agregação, consoantes com as particularidades de cada momento da reprodução capitalista. A lógica do estado de exceção, condição em que a violência se converte em direito, e o direito, em violência (cf. Schmitt, 2014)., é, portanto, o caráter cinicamente ignorado pela doutrina liberal do Estado de direito, que contagia amplamente o pensamento social, impedindo a crítica.

Para Robert Kurz (2020), isso ocorre sobretudo pela dificuldade em reconhecer que a democracia, longe de representar um polo oposto ao capitalismo, é, ao contrário, a forma política mediante a qual se realiza uma sujeição impessoal ao fetiche do capital. Ou seja, a dificuldade é reconhecer que a verdadeira ditadura – que baseia tanto a democracia como seu limite no estado de exceção – é da tautologia da transformação de dinheiro em mais dinheiro, do valor, forma social coercitiva geral que historicamente se impôs, de modos diferentes, sobre todos.¹⁸ Nesse sentido, as demandas democráticas são rigorosamente delimitadas pelas leis quase-objetivas do capital, e não apenas externamente, como limitação às mesmas, mas na própria maneira em que ganham forma, a forma social do valor, de modo que a democracia é definida como a maneira pela qual o povo, organizado em relações capitalistas, se autodomina segundo critérios capitalistas.¹⁹ Assim, o momento totalitário não é estranho à democracia; mas na maior parte do tempo ele fica internalizado como autodisciplina dos sujeitos da mercadoria, com a exceção configurando seus picos de imposição violenta.²⁰

As irrupções cíclicas da violência reconhecidas pelos autores que discutimos se refeririam justamente à existência desse estado de exceção coagulado, que coagula a coerção inerente a uma sociedade fundada na imposição do trabalho abstrato e da produção mercantil.²¹ Nos primórdios da modernização, suas guerras de formação de fato cumpriram a função de submeter as populações ao despotismo da máquina de valorização (colonização interna e externa), estabelecendo um estado de

¹⁸ “Que a democracia, como seu próprio nome indica (domínio do povo), seja apenas o tipo mais moderno de ditadura de uma forma social coercitiva sobre o desenvolvimento das necessidades e relações humanas, é algo que nem em sonhos a razão democrática embotada pode perceber.” (Kurz, 2020, p.25)

¹⁹ “O quadro de referência do discurso democrático como a forma pela qual se processa a sujeição coletiva ao fetiche do capital, e a sua moderação determina o seu alcance extremamente limitado.” (Kurz, 2020, p.31)

²⁰ “Como em todo processo de modernização, o momento externo ditatorial não foi superado, mas internalizado. O alinhamento coercitivo, violento e ‘totalitário’ dos indivíduos ao sistema de reprodução desenvolvido da democracia de mercado em sua forma nova. [...] Ao contrário do que diz a ideologia democrática, o momento ‘totalitário’ não desapareceu, apenas se deslocou para a autodisciplina internalizada dos sujeitos da mercadoria realizados” (Kurz, 2020, p.49)

²¹ “A relação de capital não é outra coisa senão um estado de exceção coagulado, a constituição permanente de um espaço de inclusão excludora e exclusão inclusiva que, neste estado de normalidade excepcional secundária, se apresenta como espaço de exploração de energia humana abstracta na economia empresarial.” (Kurz, 2003, n.p.)

exceção permanente, que se tornou a base de todo o Estado de direito.²² Mais tarde, na época das Guerras Mundiais e da grande crise em 1929, o estado de exceção manifestou-se como ditadura política aberta, claramente diferenciada da normalidade constitucional e jurídica, mas era essencialmente uma variação no estado de agregação da soberania, transitando da latência para a manifestação em função dos abalos sociais. Estas manifestações, mesmo as mais extremas (como o regime Nazi), estavam ainda plenamente encerradas no invólucro da soberania nacional, num período em que a acumulação capitalista ainda tinha margem para surtos (cf. Kurz, 2020; 2003).²³

A diferença agora reside na liquefação e na decomposição da própria soberania, na crise contemporânea da era da globalização, quando o estado de exceção deixa de estar circunscrito ou coagulado e começa a fundir-se com o estado de normalidade democrática.²⁴ E também isso os autores em cheque não conseguem discernir, sobretudo por se basearem em formulações de reprodução e expansão ilimitadas da acumulação, independentemente das transformações profundas que o desenvolvimento das forças produtivas veio gerando no sentido de impor uma crise do trabalho²⁵ e hoje uma dessubstancialização do capital, cuja reprodução foi se tornando ficcionalizada.²⁶

Esta metamorfose se deve à incapacidade decorrente da terceira revolução industrial microeletrônica de uma exploração efetivamente capaz de reproduzir o capital, o que se expressa, por exemplo, no papel preponderante que jogam hoje as finanças e a inflação dos títulos de propriedade

²² “O universalismo abstrato do sistema produtor de mercadorias se alimenta desde o Renascimento [...] da destruição das estruturas não universalistas das antigas sociedades agrárias. [...] tudo é minimizado como ‘o preço do progresso’ ou ‘o preço da modernização’.” (Kurz, 2020, p.46) “Este estado de exceção original tornou-se o estado normal moderno, que se encontra na base de toda a estatalidade de direito.” (Kurz, 2003, n.p.)

²³ “Desse ponto de vista histórico-genético, o nacional-socialismo surge como momento específico do processo de construção da democracia moderna da economia de mercado, como um de seus estágios preparatórios e de desenvolvimento” (Kurz, 2020, p.45)

²⁴ “Mas isto apenas quer dizer que o estado de exceção democrático começa a fundir-se com o estado de normalidade democrática. Não ocorre nenhuma mudança de forma externa [...] ainda assim, os elementos do estado de exceção alastram.” (Kurz, 2003, n.p.) “A democracia não é outra coisa senão o estado de exceção coagulado, uma agregação do totalitário da modernidade, que hoje começa a voltar a dissolver-se no estado da sua constituição: ‘O ‘espaço vazio de direito’ do estado de exceção [...] ameaça [...] agora coincidir em toda a parte com a ordem normal’ (Agamben, 2002, p. 48).” (Kurz, 2003, n.p.)

²⁵ “Sobretudo se trata da crise do próprio trabalho abstrato, na qual as novas forças produtivas microeletrônicas desvalorizam sistematicamente a força de trabalho humana e ao mesmo tempo se torna manifesta a ‘destruição ecológica do mundo através do trabalho’...” (Kurz, 2020, p.53) “No âmago deste processo de crise encontra-se o dissolver da substância real (produtora de valor real) do trabalho capitalista, por obra da terceira revolução industrial, a crescente ‘incapacidade de exploração’ do capital [...] e, com isso, a dessubstancialização do dinheiro (desacoplamento dos mercados financeiros da economia real).” (Kurz, 2003, n.p.)

²⁶ “A reciclagem de maciças quantidades sempre crescentes de ‘capital fictício’ (Marx) no circuito económico fez da separação entre mercados financeiros e economia real a condição fundamental da valorização global do capital, mascarando o desaparecimento da ‘substância de trabalho’.” (Kurz, 2003, n.p.) “Todos sabem ou ao menos intuem que este sistema e sua capacidade de sobrevivência só podem ser mantidos de maneira capenga por meio do capital fictício do crédito estatal, por meio da aparente autonomia do capital-dinheiro e por meio da especulação global.” (Kurz, 2020, p.54)

transformados em ativos²⁷, mas também na criação de massas populacionais descartabilizadas à escala planetária e expressas dos desalentados laborais à uberização, das ininterruptas crises de refugiados às guerras exterministas que presenciamos²⁸. Visto que a forma política e jurídica é uma representação secundária do constrangimento econômico, o seu fundamento oculto, em crise, está se dissolvendo²⁹. Assim, o que se manifesta é um “estado de exceção permanente” global, onde os elementos ditatoriais se misturam com uma anomia pós-política e pós-soberana, resultando num imperialismo da exclusão, que já não possui nenhuma capacidade de incorporação social, ao contrário, como sugeriu Robert Kurz, e da segurança que espezinha sistematicamente os direitos internacional e intraestatal, sem necessitar de uma proclamação formal de estado de sítio³⁰.

É uma bomba, é uma bomba, é uma bomba

Nesse contexto de crise, sobretudo nos territórios em que Estado de direito liberal e economia empresarial já desmoronaram completamente, em vez da concorrência capitalista se realizar na esfera do mercado, ela vai transbordando para a esfera da agressão armada revelando a irracionalidade da racionalidade econômica das relações jurídicas burguesas.³¹ A partir daí a extorsão e o saque sistemático, frequentemente de matérias-primas, financia facções milicianas, sendo o produto do roubo reintegrado em circuitos secundários (legais e semilegais) do mercado mundial para ser transformado em dinheiro³², como a recente exposição midiática das conexões entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e as empresas financeiras da Faria Lima não pode mais deixar dúvidas (Prazeres, 2025).

Em resposta direta a essa barbárie e aos fluxos migratórios maciços que ela gera, o centro ocidental desenvolve o imperialismo de exclusão, uma política defensiva que visa proteger os centros

²⁷ “No âmago deste processo de crise encontra-se o dissolver da substância real (produtora de valor real) do trabalho capitalista, por obra da terceira revolução industrial, a crescente ‘incapacidade de exploração’ do capital [...] e, com isso, a dessubstancialização do dinheiro (desacoplamento dos mercados financeiros da economia real).” (Kurz, 2003, n.p.)

²⁸ “A terceira revolução industrial [...] agudizou de tal modo o declínio do desenvolvimento, ao nível global, que regiões inteiras começaram a ficar sem capacidade de reprodução capitalista, transformando massas em ‘supérfluos’ e ‘refugiados’ de um sistema que agora gera ‘produtos da sua barbarização’.” (Kurz, 2003, n.p.)

²⁹ “A submissão total do homem [...] ao abstracto princípio da valorização do capital [...] do qual o Estado moderno (o princípio de soberania) é uma mera expressão secundária, [faz com que] o estado de exceção democrático comece a fundir-se com o estado de normalidade, revelando a base de violência do direito.” (Kurz, 2003, n.p.)

³⁰ “O imperialismo global ideal [...], portanto, é no essencial um imperialismo da segurança [...] em que o elemento ditatorial não só se confunde com o modo de proceder democrático, mas também se mistura com a anomia pós-política e pós-soberana’, sistematicamente desrespeitando o direito internacional.” (Kurz, 2003, n.p.)

³¹ “É bom de ver que esta economia de saque deixou de corresponder ao modo de produção da economia empresarial, precisamente porque esta [...] já se desmoronou por completo, ou saiu pela calada, já não podendo a concorrência concretizar-se na esfera de realização do mercado, mas apenas na esfera de realização da agressão armada.” (Kurz, 2003, n.p.)

³² “É verdade que, para poder transformar-se em dinheiro ou mercadoria, o produto do saque tem de regressar ao mercado e, assim, a relações de troca; mas há sempre um lugar em que a troca de mercadorias e dinheiro é interrompida por uma relação de violência imediata.” (Kurz, 2003, n.p.)

de capital da migração da miséria global. Essa estratégia é implementada através da fortificação e da externalização de fronteiras e da criação de “Estados-tampões” para conter as massas que se tornaram supérfluas à lógica da valorização do capital, já que o sistema não consegue mais absorver ou explorar ampla maioria da população global.³³ Em última análise, a interconexão entre o saque na periferia (sinal do fracasso local da reprodução do capital) e a exclusão no centro (o aparato de segurança global) sublinha que a crise é o limite interno absoluto da reprodução do capitalismo, forçando o imperialismo global a manter a forma de domínio totalitário, mesmo que não possa mais assegurar a reprodução econômica mundial.³⁴

Nesse processo também se opera uma redefinição central da geopolítica em que frequentemente o inimigo passa a ser “interno”. Caso exemplar é o do grotesco regime Bukele em El Salvador em que a resposta securitária do presidente à economia de saque culminou nas prisões em massa de quase 10% da população jovem masculina e a suspensão do devido processo legal, servindo como um mecanismo draconiano de contenção da crise social, financiada pelo FMI e conjugada com a recepção dos deportados por Trump.

O conflito social em El Salvador possui raízes históricas profundas que culminam na guerra civil ocorrida no país entre as décadas de 1970 e 1990 e no deslocamento de um contingente populacional significativo para os Estados Unidos. No contexto da criminalização dessas migrações forçadas, gangues como a MS-13 e a Barrio 18 são formadas em Los Angeles. Com o término do momento mais agudo do conflito bélico em El Salvador, os EUA passam a promover a deportação massiva de migrantes e, com eles, transladaram-se grupos armados que estabelecem bases poderosas no território salvadorenho, levando filiações, rivalidades e métodos violentos. A partir daí, se criam progressivamente estruturas de poder baseadas em extorsão, tráfico e violência extrema, que fragmentam o território, sobretudo os grandes centros urbanos sob o controle territorial de grupos armados. Durante décadas, o Estado alterna entre a criminalização da população racializada e pobre ao invés do efetivo combate a mandantes e as negociações opacas com as lideranças criminosas, enquanto a economia ilegal alcança cerca de 16% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e o país se consolida como um dos mais violentos do mundo (Brum; Berti, 2024; Toledo, 2025).

³³ “São as massas de refugiados das guerras civis, da miséria e ‘da economia’ que suscitam o imperialismo da exclusão do Ocidente. [...] O objectivo imediato do imperialismo da exclusão é defender esse centro da migração de miséria global, não apenas com muros e arame farpado, com ordem para atirar e caça ao homem, mas, na medida das possibilidades, com a criação de uma orla de ‘Estados-tampões’.” (Kurz, 2003, n.p.)

³⁴ “Agora, já não se tratava de combater uma suposta contrapotência claramente definida, mas de conseguir manter, a bem ou a mal, o sistema capitalista unificado, embora ele já não seja capaz de reproduzir, a nível global, a grande maioria da humanidade, através de um imperialismo da segurança [...] em que o elemento ditatorial não só se confunde com o modo de proceder democrático, mas também se mistura com a anomia pós-política e pós-soberana, documentando assim o limite da dinâmica capitalista que actualmente se nos apresenta.” (Kurz, 2003, n.p.)

A resposta de Nayib Bukele a esse cenário baseia-se em uma intervenção “*mano dura*”, caracterizada por erosão das normas democráticas e estabelecimento de um estado de exceção prolongado desde março de 2022. Após um pico de 87 homicídios em 48 horas, ele dá início a uma “guerra às gangues” baseada na suspensão de garantias constitucionais, como o devido processo legal e o direito à privacidade, permitindo prisões em massa fundamentadas em critérios subjetivos ou denúncias anônimas. Essa centralização do poder e militarização da segurança pública são substancialmente facilitadas pela destituição de magistrados da Suprema Corte para a instalação de juízes alinhados ao Executivo (Brum; Berti, 2024).

Tal política resultou na maior taxa de encarceramento do planeta, com um total de 2% da população adulta do país presa, e atinge predominantemente a população jovem masculina mediante prisões arbitrárias baseadas em estereótipos, como vestimenta, cortes de cabelo ou a presença de tatuagens etc. Críticos e organizações de direitos humanos apontam que esse processo incluiu o aparelhamento do Judiciário e a perseguição deliberada a opositores, configurando um modelo punitivista de alta popularidade, já que não há espaço para discordâncias. O sistema prisional salvadorenho, que agora abriga cerca de 110 mil detentos, opera sob condições descritas como “ameaçadoras à vida” pelo próprio Departamento de Estado dos EUA, em seu relatório de 2023 e marcadas pelo uso sistêmico da tortura como política de Estado. No Centro de Confinamento do Terrorismo (CECOT), os presos enfrentam superlotação extrema, chegando a 80 pessoas por compartimento — menos de 60 centímetros de espaço por pessoa —, onde dormem em beliches de metal sem colchões e possuem acesso limitado a saneamento básico e saúde, privação de alimentos, choques elétricos, luz artificial 24 horas por dia, sem acesso à luz solar, e um tal bloqueio de comunicação com o mundo exterior, que impede visitas ou contato familiar (Gellman, 2025).

Tal regime conta com o apoio financeiro do Fundo Monetário Internacional (FMI) para manutenção da sua infraestrutura repressiva. Por meio de um empréstimo vultoso de 1,4 bilhão de dólares, o FMI fornece os recursos necessários para custear o sistema carcerário do país, que possui uma despesa operacional estimada em 200 milhões de dólares anuais. Esse aporte financeiro internacional, somado aos fundos recebidos por meio de acordos diplomáticos com a administração de Donald Trump para o acolhimento de imigrantes deportados, permitem que Bukele sustente o modelo de encarceramento em massa e o regime de exceção. Tal dinâmica financeira é fundamental para a sobrevivência política do regime, uma vez que possibilita um prolongamento da “guerra às gangues” como resposta ao cenário de fome, escassez de recursos e generalização da pobreza no país, transformando El Salvador em uma “colônia penal internacional” financiada por organismos multilaterais e conveniências geopolíticas (Péchy, 2025).

O atual arranjo político em El Salvador evidencia como uma derrocada de qualquer possibilidade de integração produtiva em termos capitalistas faz com que seja substituída por administração repressiva dos grupos populacionais descartabilizados. As raízes do conflito salvadorenho, marcadas por migrações forçadas e pela importação de dinâmicas violentas do exterior, culminaram em um governo que utiliza a suspensão das garantias jurídicas como sua norma de governação. Essa manobra não exige um rompimento externo com a estrutura democrática, mas a explicitação de sua natureza autoritária latente, que se torna visível e se funde ao cotidiano quando o sistema econômico perde a capacidade de absorver produtivamente os sujeitos mobilizados. Assim, o Estado transmuta-se em um mecanismo de custódia massiva, onde a força assume o papel de ordenador de uma sociedade que não encontra mais lugar nos circuitos formais de valor.

A sustentação desse modelo por meio de suporte financeiro multilateral posiciona a nação como uma zona de contenção para os efeitos colaterais da desagregação global. Ao consolidar um vasto complexo penitenciário e desmantelar a independência judiciária, o regime de Bukele funciona como um laboratório de securitização extrema, protegendo a estabilidade do sistema através do isolamento de uma parcela significativa da juventude. Essa dinâmica ilustra a conversão da soberania em uma função de vigilância, onde o objetivo primordial não é mais o disciplinamento para o desenvolvimento, mas o aprisionamento preventivo do desajuste social. O direito, nesse estágio, deixa de ser um conjunto de proteções para tornar-se o instrumento técnico de uma exclusão que não admite alternativas, operando sob uma lógica de controle que substitui a política pela gestão da barbárie.

Por sua vez, a guerra na Ucrânia é manifestação de uma nova qualidade da crise sistêmica do capitalismo tardio e – para além dos conflitos geopolíticos entre o bloco EUA/OTAN/União Européia e a Rússia e os esforços violentos de integração eurasiática pelo Ocidente desde a invasão do Iraque (em 2003) e da reação Russa em torno de interesses energéticos estratégicos – sugere um esgotamento da expansão global da dívida que definiu a era neoliberal e impôs choques econômicos e sociais que contribuíram decisivamente para o surgimento de tendências autoritárias e uma externalização dos conflitos daí desdobrados mediante a guerra.

Tais conflitos tem origem em uma situação de crise estrutural com fortes impactos socioeconômicos que se tornou insustentável no país, forçando a oligarquia local a oscilar entre os blocos de poder do Oriente e do Ocidente. Sua primeira etapa decisiva ocorreu em 2014, com o movimento conhecido como Euromaidan, que provocaria a queda do então presidente Viktor Yanukovych após a sua rejeição a um acordo com a União Europeia em favor de uma aproximação com a Rússia. Esse processo foi marcado por uma forte intervenção do Ocidente, mediante a instrumentalização de forças liberais e milícias de extrema-direita, como o partido Svoboda e o Setor de Direita, para efetivar uma mudança de regime. Como reação imediata, a Rússia anexa a Crimeia e

fomenta a guerra civil no Donbass, buscando impedir que a Ucrânia se integrasse plenamente à órbita da OTAN e da UE (Konicz, 2022; 2023).

A segunda etapa, culminando na invasão russa de 2022, evidencia o fracasso da diplomacia e da economia russa em reverter a orientação pró-occidental de Kiev por meios não militares. Com sua estratégia de escalada catastrófica, a Rússia busca reafirmar seu status imperial na Eurásia, especialmente após se sentir-se “contra a parede” devido à erosão de sua influência em países como Belarus e Cazaquistão. O conflito evoluiu de uma guerra civil congelada para um embate de grandes proporções, onde o Exército russo utiliza táticas de choque e pavor similares às intervenções norte-americanas, visando uma mudança de regime que neutralize a presença militar da OTAN em suas fronteiras (Harvey, 2022; Konicz, 2023).

As implicações para a geopolítica mundial são profundas, sinalizando a transição para uma “nova ordem multipolar” marcada por fragilidade e caos, em vez de qualquer equilíbrio mais estável entre potências em disputa. A hegemonia dos Estados Unidos sofre uma erosão contínua, enquanto o dólar, como moeda de reserva mundial, é ameaçado pela formação de blocos alternativos liderados por China e Rússia. Além disso, o conflito evidencia a tendência de fragmentação do poder estatal e o surgimento do imperialismo negativo ou de crise, no qual os Estados tentam externalizar suas contradições internas por meio da expansão militar e da disputa por recursos vitais, como o fornecimento de energia fóssil, terras raras e terras férteis.³⁵

No plano econômico global, o conflito atua como um catalisador da crise sistêmica do capitalismo tardio, provocando inflação acelerada e crises de endividamento. A utilização de sanções econômicas como arma de guerra atinge tanto o Leste quanto o Ocidente, ameaçando mergulhar a União Europeia em recessão e deflação, enquanto a Rússia é empurrada para uma estagnação de longo prazo.³⁶ Essa dinâmica demonstra que a soberania estatal está cada vez mais limitada por processos de desintegração econômica global, onde forças paramilitares e mercenários atuam para além do controle das instituições nacionais.³⁷

Hoje, a Ucrânia está perdendo a guerra, pois foi impossível para o exército ucraniano resistir à máquina militar russa, mesmo contando com a plena participação da máquina militar da OTAN. A Rússia detém recursos militares, industriais e humanos superiores, o que lhe permitiu travar uma

³⁵ “Os Estados competem para transferir as consequências adversas da crise na concorrência: por exemplo, via guerras cambiais, protecionismo, extração de excedentes, e agora por meio de guerras [...] é isso o imperialismo na crise socioecológica do capitalismo.” (Konicz, 2022, p.182)

³⁶ “As sanções recíprocas entre o Leste e o Ocidente reforçaram os temores de que ‘a economia da Europa possa cair em recessão’, ameaçando ‘afundar em uma década perdida’, de forma semelhante à recessão deflacionária de longo prazo no Japão na década de 1990.” (Konicz, 2022, p.74)

³⁷ “A guerra no Leste Europeu [...] aponta os limites da própria concepção de soberania, já que forças paramilitares de mercenários e de milícias neofascistas atuam abaix, ao lado e para além dos diversos poderes estatais nacionais envolvidos no conflito.” (Botelho, 2022)

guerra de desgaste. A iminente derrota ucraniana tem levado a discussões na União Europeia sobre uma intervenção aberta de tropas ocidentais na zona de guerra, um passo que conduziria inevitavelmente a um confronto militar direto com a Rússia. Os políticos russos têm advertido que tal intervenção tornaria inevitável uma guerra. O problema é que essa escalada do Ocidente sem dúvida aumenta o risco de uma troca de golpes nucleares, exacerbando muito o potencial destrutivo da guerra e autodestrutivo da reprodução desse imperialismo negativo (Konicz, 2023).

Harvey (2022) oferece uma análise sobre esse conflito, ancorando-se no conceito de “dependência de trajetória” e sugerindo que a guerra resultou de uma série de decisões e erros políticos iniciados com a expansão da OTAN nos anos 1990. Para o autor, a OTAN é uma organização ofensiva que, ao cercar a Rússia, provocou uma reação defensiva previsível, como ocorreu por ocasião da Crise dos Mísseis em Cuba. Ele argumenta que os Estados Unidos utilizam a Ucrânia como uma guerra por procuração para degradar a capacidade militar russa e manter a dominação ocidental sobre o chamado “*heartland*” da Europa Central, defendendo a neutralização da região como única saída diplomática.

Em contrapartida, Konicz (2022) oferece uma leitura que critica visões preferencialmente geopolíticas de autores como Harvey. Konicz argumenta que o conflito não é meramente um choque de interesses estatais ou uma reação a provocações da OTAN, mas sim um sintoma da crise de sobreacumulação do capital. Para Konicz, a análise de Harvey poderia ser vista como limitada ao não reconhecer que tanto a agressão russa quanto a expansão ocidental são impulsionadas por uma “concorrência negativa de crise”, onde os Estados tentam adiar seu próprio colapso social e econômico. Konicz alerta que apoiar um dos lados baseando-se em lógicas anti-imperialistas tradicionais — como Harvey faz ao enfatizar a responsabilidade da OTAN — corre o risco de transformar o movimento pela paz em uma ferramenta das próprias forças imperialistas antagônicas, ignorando a necessidade de uma transformação sistêmica mais profunda. Para o autor, as ações dos Estados não são meras escolhas estratégicas independentes, mas tentativas de externalizar contradições internas e adiar o colapso socioeconômico, com o imperialismo negativo atuando como uma ferramenta de gestão da desintegração estrutural do sistema global.

A ofensiva israelense em Gaza e o genocídio palestino atual representam a fase mais recente de um conflito que, como sabemos, remonta a mais de um século, sendo uma das disputas mais longas e violentas do mundo, que agora se intensifica com o auge da violência do fundamentalismo teocrático e racista israelita, não ausente de interesses petrolíferos, imobiliários e da reprodução da indústria bélico-informacional de ponta, legitimando sua barbárie securitária contra os potenciais de perturbação — como os grupos fundamentalistas e outros potentados — que são, ironicamente, produtos da concorrência de crise e da decomposição da própria soberania moderna, da mesma maneira que a

participação das corporações globais, incluindo fabricantes de armas, empresas de turismo e grandes *big techs* como a Microsoft (O Globo, 2025).

A evolução recente desse conflito, intensificada a partir de outubro de 2023, caracteriza-se por uma transição paulatina de operações militares convencionais para o que diversos analistas vêm classificando como uma campanha de genocídio transmitida ao vivo (Pappé, 2024; Rabah, 2024). Depois de massacre e sequestros promovidos pelo Hamas em 7 de outubro, o que supostamente seria uma resposta israelense veio resultando em uma destruição sem precedentes: até meados de 2025, os registros oficiais indicavam mais de 57 mil mortos, embora projeções científicas sugiram que o número real, incluindo mortes indiretas por fome, doenças e soterramentos, possa ultrapassar 230 mil vítimas (Aljazeera, 2024). Este cenário é agravado por uma estratégia de tornar o território inabitável, mediante o bombardeio e a demolição sistemática de hospitais, universidades, escolas e infraestruturas vitais, configurando uma tentativa de “solução final” para a questão demográfica e geográfica na Palestina (Rabah, 2024).

Nesse processo, a Faixa de Gaza consolidou-se como um “laboratório macabro” para novas tecnologias de guerra 4.0 e formas autoritárias de governo. A utilização de Inteligência Artificial para a seleção massiva de alvos civis e o monitoramento de comunicações privadas, facilitado por grandes empresas de tecnologia, permitiram um extermínio tecnologicamente assistido que visa maximizar as vítimas entre mulheres e crianças (Rabah, 2024; Pires, 2025). Paralelamente, observa-se uma escalada regional do conflito, com bombardeios israelenses atingindo o Líbano, Síria, Iêmen e Irã, em uma tentativa do gabinete de Benjamin Netanyahu — o mais extremista da história de Israel — de prolongar o estado de guerra para garantir sua própria sobrevivência política frente a acusações criminais internas (Carneiro; Mols, 2025).

No plano internacional, a crise em Gaza expõe a erosão do direito internacional e a hipocrisia das potências ocidentais, que mantêm o fornecimento de armas e apoio político a despeito das evidências de crimes contra a humanidade. Enquanto o Estado de Israel é processado por genocídio na Corte Internacional de Justiça e seus líderes enfrentam mandados de prisão pelo Tribunal Penal Internacional, as sociedades ocidentais assistem a uma militarização das subjetividades e a uma indignação vazia que falha em interromper o massacre (Pires, 2025). Tal momento histórico representa um ponto de inflexão, de “não retorno”, onde a ferocidade e o cinismo colonial se sobrepõem a qualquer instância supostamente civilizatória, revelando uma desumanização profunda das vítimas palestinas.

A ofensiva israelense em Gaza precisa ser caracterizada como um genocídio. Até mesmo uma comissão de inquérito da ONU concluiu que há motivos razoáveis para inferir que Israel cometeu quatro dos cinco atos genocidas definidos pelo direito internacional, incluindo matar membros do

grupo, causar graves danos físicos e mentais, impor condições destinadas à destruição do grupo e adotar medidas para impedir nascimentos. Durante o primeiro ano da guerra, o exército israelense lançou cerca de 84 mil toneladas de explosivos, um poder explosivo quatro vezes maior do que as bombas atômicas usadas no Japão, resultando na morte de mais de 41.850 palestinos, 70% dos quais eram crianças, mulheres ou idosos. O exército cometeu 3.568 massacres, destruindo quase 80% das casas e instituições, incluindo todas as universidades e 34 dos 36 hospitais em Gaza. O cerco imposto resultou em punição coletiva e fome generalizada, afetando mais de meio milhão de palestinos. Essa situação de miséria extrema tem sido comparada a um campo de concentração, reduzindo as pessoas a um estágio sombrio de negação da sua humanidade.

A tese que reconhece o “imperialismo de exclusão”, com a transição para uma esfera de realização da agressão armada, permite analisar os interesses de Israel não apenas como uma disputa territorial em sentido tradicional, mas também como uma gestão violenta de populações tornadas supérfluas pelo limite da lógica do capital. Empiricamente, isso se manifesta no projeto de limpeza étnica que visa tornar a Palestina uma terra exclusivamente judaica, um plano que hoje assume progressivamente a feição de uma “solução final” programada para a eliminação. Sob essa ótica, o imperialismo de Israel se realiza na prática através da transformação da Faixa de Gaza em um mortuário de ponta, 4.0, demonstrando que a guerra deixou de ser um meio para mera conquista de mercado e passou a ser o próprio fim: a validação de tecnologias de controle e extermínio. Esse interesse econômico é sustentado pelo complexo militar-industrial, evidenciado pelo recorde de US\$ 318,7 bilhões em vendas de armas dos EUA para governos estrangeiros em 2024, beneficiando empresas como Boeing e Lockheed Martin, que fornecem os caças F-15 utilizados no massacre (Carneiro; Mols, 2025). Assim, o conflito pretende ainda servir para alimentar a “substância fictícia” do capital financeiro através do endividamento estatal e da produção bélica, conforme previsto na teoria da crise.

Além disso, os interesses imperialistas se entrelaçam com a sobrevivência política de elites específicas. O gabinete de Benjamin Netanyahu utiliza o “estado de exceção permanente”, o prolongamento da guerra e seu escalonamento regional com o objetivo de manter Netanyahu no cargo “para sempre”, garantindo que a agressão armada substitua qualquer possibilidade de reprodução econômica ou diplomática normalizada. Esse cenário confirma a perspectiva de Robert Kurz (2003) de que a agressão armada não busca mais nenhum horizonte (imperialista) de integração, mas só a segurança por meio da exclusão de massas de supérfluos racializados, mantendo o sistema capitalista através de uma “economia de saque” e da violência imediata. Gaza representa o paroxismo dessa dinâmica, funcionando como um laboratório global onde a reorganização da sociedade civil pela lógica da guerra instaura um vazio legal que chancela a impunidade e a agressão armada como única

esfera de realização restante, de crise, e normaliza, mais que nunca, o genocídio como um produto da “barbarização” inerente ao limite da dinâmica capitalista. Onde a violência imediata substitui a reprodução econômica, a democracia revela seu alicerce autoritário ao devorar seus filhos em prol da preservação de um sistema de dominação étnico-econômica.

Últimas palavras

Em conclusão, tanto o neoliberalismo como o esgotamento da sua governamentalidade não devem ser interpretados como os motores primários do autoritarismo contemporâneo, mas sim como sintomas da crise fundamental da reprodução capitalista. Longe de ser um desvio de uma suposta normalidade democrática, ele emerge como uma resposta desesperada ao esgotamento da capacidade do capital de se valorizar através da exploração efetiva do trabalho, processo acelerado pela terceira revolução industrial microeletrônica. Assim, a violência generalizada e a escalada de conflitos globais não são meras escolhas políticas ou estratégias geopolíticas para aumentar a lucratividade, repor lógicas coloniais, açambarcar territórios e seus recursos, mas manifestações de uma concorrência negativa de crise, na qual o sistema, incapaz de assegurar a integração social produtiva, recorre à força para gerir a desintegração estrutural da sua própria substância.

Nesse cenário, a distinção tradicional entre democracia liberal e autoritarismo neoliberal se dissolve, revelando que ambas as formas políticas compartilham o fundamento da sujeição impessoal ao fetiche do capital e o recurso à violência soberana. O que se consolida na fase atual é então um imperialismo da exclusão, em que a gestão bélica e securitária de populações tornadas supérfluas substitui as promessas de desenvolvimento e integração econômica. Exemplos como o laboratório de encarceramento em massa em El Salvador e o genocídio em Gaza demonstram que esse estado de exceção se tornou permanente; nele, o Estado já não busca a expansão de mercados, mas a vigilância securitária ou o extermínio de massas populacionais racializadas e descartabilizadas pela crise do valor.

A sua maneira, todos os elementos já apontados reaparecem na recentíssima invasão da Venezuela pelos EUA. A incursão militar ocorrida em 3 de janeiro de 2026, foi o desfecho de um cerco estratégico iniciado meses antes, com monitoramento terrestre da CIA desde agosto de 2025. No dia do ataque, uma frota de 150 aeronaves, partindo de bases terrestres e navais no Caribe, realizou bombardeios em larga escala contra instalações militares e de comunicações em Caracas, Miranda e La Guaíra. O ponto central da operação foi a invasão do Forte Tiuna, onde o presidente Nicolás Maduro e sua esposa, Cilia Flores, foram capturados dentro de um bunker durante a madrugada. A ofensiva resultou em um saldo de mortes estimado entre 77 e 100 indivíduos, incluindo militares venezuelanos, civis e conselheiros cubanos, sendo os detidos posteriormente transportados para Nova

York (Kolster, 2026; Casemiro, 2026; La Alianza Rebelde Investiga, Efecto Cocuyo, Cazadores de Fake News, 2026).

A narrativa oficial do governo Trump enquadrou a invasão como uma “operação” contra o narcoterrorismo, justificativa essa que é amplamente problematizada por muitos analistas como um eufemismo para atos de guerra unilaterais. Critica-se o uso de um enquadramento pseudojurídico que higieniza a violação do direito internacional, tratando ditames unilaterais dos EUA como substitutos de normas globais. As evidências sugerem que as reais motivações de Trump residem na retomada do controle direto sobre as reservas de petróleo venezuelanas e na reafirmação da Doutrina Monroe atualizada. Além disso, a ação serviu como uma espécie de recado geopolítico à China e à Rússia, visando disputar com essas potências influência na região, através de uma demonstração de força bruta.

O colapso venezuelano que antecedeu a invasão remete às contradições do modelo bolivariano, que, apesar de sucessos iniciais na redução da pobreza e expansão de direitos sociais sob Hugo Chávez, permaneceu excessivamente dependente da renda petroleira. Com a queda drástica nos preços das commodities a partir de 2013, o país mergulhou em uma crise de hiperinflação, escassez de alimentos e desintegração social, resultando em migrações em massa de milhões de cidadãos. Essa fragilidade institucional e o sofrimento da população foram utilizados pelos EUA como pretexto para uma “campanha de pressão” militar, sob o argumento de restaurar a ordem em um Estado que já se encontrava em queda livre econômica. Assim, a invasão não apenas explorou a crise preexistente, mas a utilizou como cenário para uma intervenção que visa substituir a soberania nacional por uma tutela estrangeira (Leite; Castro, 2021).

Os impactos dessa intervenção são profundos, estabelecendo um precedente de ruptura da ordem liberal internacional, no qual grandes potências se sentem legitimadas a intervir em nações soberanas baseadas em seus próprios interesses. Para a Venezuela, a instalação de um governo interino sob tutela americana sinaliza uma perda de autonomia econômica e o risco de maior instabilidade social interna. Na América Latina, a ação gera uma onda de insegurança geopolítica, com o Brasil enfrentando riscos de instabilidade em suas fronteiras, ingerência na gestão migratória, sobretudo no que diz respeito ao acolhimento dos venezuelanos, e o temor de que os EUA passem a interferir diretamente em outros processos eleitorais na região para favorecer aliados conservadores. Globalmente, a agressão militar de Trump desestabiliza equilíbrios já bastante frágeis de poder, desafiando a influência russa e chinesa e enfraquecendo os mecanismos multilaterais de resolução de conflitos.

Diante de tudo isso, e do que se anuncia, a tarefa da crítica radical é desmascarar a retórica benevolente de um sistema que atingiu seu limite interno absoluto e cujo único horizonte restante é a

barbarização. A agressão armada e a erosão do direito internacional revelam a irracionalidade da racionalidade econômica, transformando a guerra no próprio fim de uma reprodução que se tornou puramente ficcional e destrutiva. Diante da ruína de uma ordem que já não assegura a reprodução social, cabe à geografia e ao pensamento crítico tatear novos caminhos que transcendam uma gestão da barbárie e a lógica de dominação inerente à dinâmica capitalista. Abrir caminho dentre os escombros do presente, tateando, pela radicalidade, horizontes, é a tarefa da crítica. Esperamos que a geografia possa contribuir autocriticamente com esses esforços.

Obrigada!

Bibliografia

- ACA. The Open Skies Treaty at a Glance. Arms Control Association, Washington, 31 dezembro 2021. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/factsheets/openskies>. Acesso em: 20/11/2025.
- ALJAZEERA. Gaza toll could exceed 186,000, Lancet study says. Aljazeera, Doha, 8 julho 2024. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2024/7/8/gaza-toll-could-exceed-186000-lancet-study-says>. Acesso em: 20/10/2025.
- ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. Guerra y capital: Una contrahistoria. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Tinta Limón; Lanús, La Cebra; Madrid, Traficantes de Sueños, 2021.
- ARAÚJO, Vera. Cláudio Castro tenta enquadrar o Comando Vermelho como grupo terrorista em pedido ao governo Trump. O Globo, Rio de Janeiro, 7 novembro 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/segredos-do-crime/coluna/2025/11/governo-claudio-castro-ten-ta-enquadrar-o-comando-vermelho-como-grupo-terrorista-em-pedido-ao-governo-trump.ghtml>. Acesso em: 20/10/2025.
- BENNETT, Tom. Quais países podem estar na mira de Trump depois da Venezuela? BBC News Brasil, Londres, 6 janeiro 2026. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c5y24r4ezeno>. Acesso em: 06/01/2026.
- BBC. INF nuclear treaty: US pulls out of Cold War-era pact with Russia. BBC, Londres, 2 agosto 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-49198565>. Acesso em: 20/11/2025.
- BONETS, Vitor; SOUZA, Felipe. A cada 10 assassinatos, 4 foram cometidos por policiais em SP em 2024. CNN Brasil, São Paulo, 24 julho, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/sp/a-cada-10-assassinatos-4-foram-cometidos-por-policiais-em-sp-em-2024/>. Acesso em: 20/10/2025.

BORGER, Julian. Guterres warns humanity on “knife’s edge” as AI raises nuclear war threat. The Guardian, Washington, 7 junho 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/article/2024/jun/07/ai-nuclear-war-threat-un-secretary-general>. Acesso em: 20/10/2025.

BOTELHO, Maurílio Lima. Prefácio. In: KONICZ, Thomasz. Ucrânia: O “grande jogo”. Consequência Editora, Rio de Janeiro, 2022.

BRUM, Maurício; BERTI, Lucas. El Salvador: ídolo bolsonarista, Bukele busca reeleição “esmagando” direitos. Agência Pública, São Paulo, 2 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/02/el-salvador-idolo-bolsonarista-nayib-bukele-busca-reeleicao-esmagando-o-crime/>. Acesso em: 20/10/2025.

CARNEIRO, Camilo Pereira; MOLS, Tomás. O drama palestino: espoliação de terras, apartheid e genocídio. Élisée, Rev. Geo. UEG – Goiás, v.14, n.1, e1412508, jan./dez. 2025.

CASEMIRO, Poliana. Ataque dos EUA à Venezuela: infográfico mostra linha do tempo. G1, São Paulo, 06 janeiro 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/01/06/infografico-ataque-dos-eua-a-venezuela.ghtml>. Acesso em: 09/01/2026.

CHARLEAUX, João Paulo. Feliz Ano Novo, com 120 guerras em andamento no mundo. Nexo Jornal, São Paulo, 31 dezembro 2024. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/feliz-ano-novo-com-120-guerras-em-andamento-no-mundo>. Acesso em: 20/10/2025.

CICV. CICV em 2024: defender a humanidade nos conflitos armados. 2024. Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Genebra, 16 dezembro 2024. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/artigo/cicv-2024-defender-humanidade-conflitos-armados>. Acesso em: 20/10/2025.

CNN BRASIL. RJ passou a governo Trump relatório de atuação do Comando Vermelho nos EUA. CNN Brasil, São Paulo, 28 outubro 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/caio-junqueira/nacional/sudeste/rj/rj-passou-a-governo-trump-relatorio-de-atuacao-do-comando-vermelho-nos-eua/>. Acesso em: 20/10/2025.

DINIZ, Iara; ALVIM, Mariana. Megaoperação contra Comando Vermelho no Rio: polícia confirma 121 mortos; moradores recolhem mais de 50 corpos. BBC News Brasil, São Paulo, 28 outubro 2025.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/clyg64e15j0o>. Acesso em: 20/10/2025.

FAULCONBRIDGE, Guy; PAPACHRISTOU, Lucy. Russia says it awaits an answer from the US on New START as nuclear treaty ticks down. Reuters, Londres, 10 dezembro 2025. Disponível

em:

<https://www.reuters.com/world/china/russia-says-it-awaits-an-answer-us-new-start-nuclear-treaty-ticks-down-2025-12-10/>. Acesso em: 10/12/2025.

FBSP. Atlas da Violência 2025. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia/>. Acesso em: 20/10/2025.

FEDERICI, Silvia. Brujas, caza de brujas y mujeres. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2021.

FRANCO, Luiza. Batalhão da PM denunciado por Marielle é o que mais mata no Rio. Folha de São Paulo, São Paulo, 16 março 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/batalhao-da-pm-denunciado-por-marielle-e-o-que-mais-mata-no-rio.shtml>. Acesso em: 20/10/2025.

GELLMAN, Mneesha. Imigrantes deportados dos EUA enfrentam torturas em prisão de El Salvador. Agência Pública (via *The Conversation*), São Paulo, 22 de março de 2025. Disponível em: <https://apublica.org/2025/03/imigrantes-deportados-dos-eua-enfrentam-torturas-em-prisao-de-el-salvador/>. Acesso em: 20/10/2025.

KOLSTER, Nicole. Venezuela: os sobreviventes de ataque com míssil durante bombardeios dos EUA. BBC News Brasil, Caracas, 09 janeiro 2026. Disponível em: <http://bbc.com/portuguese/articles/clye8yvz79do>. Acesso em: 09/01/2026.

KONICZ, Thomasz. Entrevista com Tomasz Konicz - Ucrânia: o “Grande Jogo”. Blog da Consequência Editora, Rio de Janeiro, 19 agosto 2022. Disponível em: <https://blogdaconsequencia.wordpress.com/2022/08/19/entrevista-com-tomasz-konicz-ucrania-o-grande-jogo/>. Acesso em: 20/10/2025.

KONICZ, Thomasz. Ucrânia: O “grande jogo”. Consequência Editora, Rio de Janeiro, 2022.

KURZ, Robert. A democracia devora seus filhos. Rio de Janeiro, Consequência Editora, 2020

KURZ, Robert. 2003. A Guerra de Ordenamento Mundial. Tradução: Lumir Nahodil e Boaventura Antunes [mimeo]. Disponível em: http://www.obeco-online.org/a_guerra_de_ordenamento_mundial_robert_kurz.pdf. Acesso em: 20/10/2025.

LA ALIANZA REBELDE INVESTIGA; EFECTO COCUYO; CAZADORES DE FAKE NEWS. Ataque dos EUA à Venezuela deixou 77 mortos. Agência Pública, São Paulo, 09 janeiro 2026. Disponível em <https://apublica.org/2026/01/venezuela-quantos-morreram-com-ataque-dos-eua/>. Acesso em: 07/01/2026.

LAZZARATO, Maurizio. *¿Hacia una nueva guerra civil mundial?* Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Tinta Limón, 2024.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves; CASTRO, Mariana. Migrações venezuelanas, crise da reprodução social capitalista e necropolíticas de fronteira. RBHCS - Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. Dossiê “Os venezuelanos entre a migração e o exílio. Tendências e estratégias.” v. 13, n. 26, jan-jun, 2021.

HARVEY, David. Dependência de trajetória, Ucrânia e guerra nuclear. Dossiê Capitalismo, Imperialismo e Guerra na Ucrânia. Margem Esquerda - Revista da Boitempo, São Paulo, nº 39, ago-set, 2022.

HARVEY, David. O Neoliberalismo: História e Implicações. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

MJSP. Mapa da Segurança Pública 2025. Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília, 2025. Disponível em:

<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/dados-nacionais-1/mapa-da-seguranca-publica-2024>. Acesso em: 20/10/2025.

O GLOBO. ONU inclui 68 novas empresas em lista de companhias supostamente ligadas a assentamentos israelenses na Cisjordânia. O Globo, Rio de Janeiro, 26 setembro 2025. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/09/26/onu-inclui-68-novas-empresas-em-lista-de-companhias-supostamente-ligadas-a-assentamentos-israelenses-na-cisjordania.ghtml>. Acesso em 20/10/2025.

PAPPÉ, Ilan. “O genocídio na Palestina, a crise climática, a pobreza e o racismo têm as mesmas causas”. Entrevista com Ilan Pappé. Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 23 novembro 2024. Disponível em:

<https://ihu.unisinos.br/categorias/646317-o-genocidio-na-palestina-a-crise-climatica-a-pobreza-e-o-racismo-tem-as-mesmas-causas-entrevista-com-ilan-pappe>. Acesso em: 20/10/2025.

PATRIOTA, Márcio Pragana. A Terceira Guerra Mundial já começou – e nós nem percebemos. Escola de Guerra Naval, 2023. Disponível em:

<https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br.egn/files/Artigo%20-%20A%20Terceira%20Guerra%20Mundial%20j%C3%A1%20come%C3%A7ou%20-%20CMG%20%28RM1-FN%29%20PRAGANA.pdf>. Acesso em: 20/10/2025.

PÉCHY, Amanda. El Salvador: o cotidiano do país em meio ao vale-tudo de Bukele contra o crime. Veja, São Paulo, 2 maio 2025. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/mundo/el-salvador-o-cotidiano-do-pais-em-meio-ao-vale-tudo-de-bukele-contra-o-crime/>. Acesso em 20/10/2025.

PIRES, Paulo Roberto. Anatomia do genocídio. Sem adversativas ou meios-tons, Franco ‘Bifo’ Berardi e Vladimir Safatle pensam um mundo em que a ferocidade destrói a razão. Revista Quatro cinco um, São Paulo, 18 setembro 2025. Disponível em: <https://quatrocincoum.com.br/colunas/critica-cultural/anatomia-do-genocidio/>. Acesso em 20/10/2025.

PRAZERES, Lucas. Como PCC usa a Faria Lima para lucrar bilhões, segundo investigações da Receita e a PF. BBC News Brasil, Brasília, 29 agosto 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3r4e3g87e2o>. Acesso em: 20/11/2025.

RABAH, Ualid. Pelo fim do genocídio do povo palestino (entrevista). Germinal. Marxismo e educação em debate, Salvador, v.16, n.3, p.11-28, dez. 2024. Disponível em: <https://share.google/mTECHpldxvjWz8VY>. Acesso em: 20/10/2025.

ROTH, Richard; BEECH, Samantha. Humanidade está “a um erro de cálculo de aniquilação nuclear”, diz Guterres. CNN BRASIL, São Paulo, 2 agosto 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/humanidade-esta-a-um-erro-de-calculo-de-aniquilacao-nuclear-diz-guterres/>. Acesso em: 20/10/2025.

SAUVÊTRE, Pierre; LAVAL, Christian; GUÉGUEN, Haud; DARDOT, Pierre. A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Tinta Limón, 2024.

SCHMITT, Carl. O nomos da terra: no direito das gentes do *jus publicum europaeum*. São Paulo, Contraponto, 2014.

TOLEDO, Luiz Fernando. “Estilo Bukele” de segurança pública em El Salvador poderia ser replicado no Brasil? BBC News Brasil, Londres, 8 de dezembro de 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0jd0yxdvlvo>. Acesso em 20/10/2025.

VIANA, Natália. Relatório que quer tachar CV de terrorista foi entregue aos EUA por Flávio Bolsonaro. Agência Pública, São Paulo, 3 novembro 2025. Disponível em: <https://apublica.org/2025/11/relatorio-que-quer-tachar-cv-de-terrorista-foi-entregue-aos-eua-por-flavio-bolsonaro/>. Acesso em: 20/10/2025.

SOBRE A AUTORA

Ana Carolina Gonçalves Leite  - Professora Adjunta do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE. Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPE e Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFES. Pós-doutora (2019) pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da UFES com bolsa do PNPD e estágios internacionais na The University of Chicago (USA) e na Benemérita Universidad Autonoma de Puebla (MEX). Doutora (2015) e mestre (2010) pelo Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da USP, ambos com bolsa FAPESP. Cientista Social (2007) pela USP, com iniciação científica em Geografia Humana financiada pelo CNPq.

E-mail: carolina.gleite@ufpe.br

Data de submissão: 25 de setembro de 2025

Aceito para publicação: 15 de dezembro de 2025

Data de publicação: 31 de dezembro de 2025